

Mulher indígena organiza-se na cidade

Elas estão se reunindo em associações para mudar o destino das que vêm para a cidade atrás de um sonho e encontram a fome, a prostituição e o alcoolismo

J. Rosha
Especial para A CRÍTICA

Estudantes, domésticas, montadoras nas fábricas do Distrito Industrial, vendedoras... E nestas ocupações que se pode encontrar centenas de mulheres indígenas que deixaram suas aldeias em busca de uma vida melhor. Elas vêm em busca de uma ilusão, pois deixam para trás suas aldeias — para onde muitas nem retornam mais — e defrontam-se com uma realidade bastante diferente daquilo que imaginavam. Para abrigar as que chegam à cidade grande e “caem na real”, elas se organizam e procuram reconstruir o sonho que a vida urbana se encarregou de destruir.

“É uma situação muito triste. Tem muito desemprego, muitas jovens aparecendo grávidas, e muito alcoolismo entre as jovens. Tem muita gente passando fome”, atesta a wanana Maria do Carmo Trindade Serra. Há 12 anos em Manaus, ela foi eleita há pouco mais de dois anos coordenadora da Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (Amarn), onde estão cadastradas 48 associadas das tribos Wanana, Tariana, Baré, Arapasso, Karapaná, Tariano, Pirá-Tapuia e Tukano — a maioria.

Maria do Carmo estima em 500 o número de mulheres indígenas da região ao Alto Rio Negro em Manaus. “Muitas trabalham como doméstica”, diz a coordenadora da Amarn. Ela própria era empregada doméstica antes de assumir a coordena-



Algumas mulheres indígenas mantêm a habilidade para o artesanato, outras a perderam na rotina da cidade

ção da organização, depois de ter trabalhado em um supermercado e como montadora na unidade da Philco do Distrito Industrial da Zona Franca de

Manaus. Até se adaptar à vida na cidade de Manaus, Maria do Carmo disse ter enfrentado muitas dificuldades e, para livrar-se da discriminação, nem se

identificava como indígena. Mas foi à frente da Amarn que ela teve “um choque para melhor”, como ela mesmo define. “No começo foi difícil. Eu tinha dificul-

A Amarn estima que 500 mulheres índias do alto Rio Negro estão em Manaus. A maioria trabalha como doméstica

dade de comunicação por causa da língua. Mas para mim foi um avanço. Foi um choque para melhor”, revela. Para amenizar as dificuldades de muitas mães, Maria do Carmo distribuía ranchos doados pelo governo do Estado e lamenta não poder continuar com a tarefa, pois não tem mais ajuda de ninguém.

Também do Alto Rio Negro, a baré Celina Cadena diz ter superado o preconceito. “Eu superei o preconceito trabalhando”, afirma. Celina é de Cucuí, na fronteira com Venezuela e Colômbia, ao norte do município de São Gabriel da Cachoeira. Bisneta de portugueses e filha de uma baré venezuelana e um baré do lado brasileiro, ela morou em Caracas e Mérida, na Venezuela, antes de se fixar em Manaus há 26 anos. Ao contrário da maioria das indígenas que passa a morar na capital, ela não encontrou muitas dificuldades. “No começo sofri discriminação por causa da língua e da fisionomia indígena”, diz. Ela foi amparada em Manaus pelo ex-juiz de São Gabriel da Cachoeira, Raimundo Gomes, que era também farmacêutico, odontólogo, entre outras ocupações.

O contato com as organizações Celina só veio ter em 1991, quando participou de uma oficina sobre educação indígena promovida pelo Instituto de Educação Rural do Amazonas (Ieram), da qual participaram pessoas de várias instituições. Antes, ela havia trabalhado com mães solteiras, crianças abandonadas, garotas de programa e no orfanato Linda Tanuri, localizado num bairro da periferia. Nos últimos anos ela vem apoiando a Coiab no setor de saúde, onde desenvolve trabalho com a medicina tradicional.

Com o conhecimento de quem já trabalhou com as mulheres indígenas da cidade, ela fala da dificuldade de adaptação. “É muito difícil para elas quando chegam aqui. Muitas vêm sem estudo, sem conheci-

mento de nada, vêm com a idéia de que vão melhorar mas se deparam com uma realidade bastante diferente do que elas imaginam”, atesta.

Para a kambeba Elda Marinho Cruz, de 22 anos, a dificuldade enfrentada pelas mulheres só vai acabar quando elas estiverem melhor organizadas. Ela é coordenadora da Associação de Mulheres Indígenas Kambeba (Amik), com sede no bairro da Compensa. Ela enumera em 112 as mulheres dessa etnia vivendo na cidade e diz que a maioria trabalha como empregada doméstica. A associação, segundo Elda, pretende ser um espaço onde elas possam trabalhar e ter o seu sustento. As filiadas à Amik realizam trabalho de costura, pois muitas não sabem mais trabalhar com artesanato.

Os problemas estão fazendo muitas famílias retornarem para suas aldeias, mas a maioria vai para um sítio denominado Três Unidos, localizado no rio Negro, nas proximidades de Manaus. Para manter-se no emprego, Elda Marinho foi obrigada a deixar o curso secundário de Administração. E como secretária no escritório de uma grande loja da Zona Franca que ela se sustenta e ajuda a família.

A secundarista Elma Cavalcante, sateré mawé da comunidade Pindobal, localizada no rio Andará, município de Parintins, diz não ter enfrentado nenhum problema por sua condição de indígena. “As pessoas para quem eu falo da minha origem não acreditam que eu sou índia e fazem brincadeira”. Ela vive em Manaus desde os sete anos de idade e lembra de algumas coisas da vida na aldeia. Apesar de ter dois tios na liderança do povo Sateré-Mawé só há pouco tempo ela tomou conhecimento da Coiab e das organizações indígenas. Na mesma sala do terceiro ano de Magistério no Instituto de Educação do Amazonas, Elma tem como companheira a wanana Carlota Maria Trindade Serra, irmã de Maria do Carmo, coordenadora da Amarn. Voltar para aldeia? Talvez. Por enquanto a preocupação é terminar os estudos e, quem sabe, algum dia retornar para as aldeias para preparar o espírito de outras jovens que sonham em viver numa cidade cada vez menos indígena e onde as “cunhãs” só têm vez nas toadas de boi ou nos versos dos poetas da terra.